



**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

Gabinete do Conselheiro Interino Luiz Henrique Moraes de Lima

Telefone(s): 65 3613-7575 / 7677 / 7155 / 2956

E-mail:

**Ofício nº : 242/2019**

Cuiabá-MT, 06 de março de 2019

A Sua Excelência o Senhor

**JOSÉ EDUARDO BOTELHO**

Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso

Assembleia Legislativa de Mato Grosso

Cuiabá – MT

Assunto: **Processo nº 20.284-3/2018. Relatório de Gestão Fiscal.**

Excelentíssimo Presidente,

**Encaminho** a Vossa Excelência cópia do Termo de Alerta ([hyperlink](#)) referente a análise do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, para conhecimento.

**Informo** que Vossa Excelência deverá adotar as adequações necessárias nos quadrimestres subsequentes, especialmente as previstas no parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Advirto** que, caso as irregularidades permaneçam, Vossa Excelência estará sujeito às sanções legais, prosseguindo o trâmite normal do feito.

**Advirto**, por fim, que Vossa Excelência e os demais servidores credenciados como usuários deverão verificar o recebimento das notificações/citações/intimações no Malote Digital ao longo da jornada de trabalho, adotando as providências administrativas que lhes sejam decorrentes, entre elas, a de promover o encaminhamento do Ofício, bem como do respectivo Relatório, ao servidor/agente destinatário do mesmo, conforme disposto no artigo 4º da Resolução Normativa nº 16/2012-TP/TCE-MT.

Atenciosamente,





**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**Gabinete do Conselheiro Interino Luiz Henrique Moraes de Lima**

Telefone(s): 65 3613-7575 / 7677 / 7155 / 2956

E-mail:

(assinatura digital)<sup>1</sup>

**LUIZ HENRIQUE LIMA**

Conselheiro Interino, conforme Portaria 122/2017

---

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

